

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

### **AUTOR**

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

### **EDITOR**

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.  
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra  
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедина.net · editora@almедина.net

### **DESIGN DE CAPA**

FBA

### **REVISÃO**

Victor Ferreira

### **PRÉ-IMPRESSÃO**

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

### **IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

### **DEPÓSITO LEGAL**

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

permanente pela democratização do mundo, das relações sociais, culturais, económicas e políticas que nos unem e/ou separam.

*Maria Paula Meneses*

## **Revolução**

Conceito de grande complexidade e ampla polissemia, não só pela sua natureza heterogénea como pela grande carga emocional (de fascínio ou rejeição) que suscita, sobejamente demonstrada pela avassaladora produção historiográfica em torno sobretudo das duas grandes experiências revolucionárias, espécie de código genético de todas as outras que se lhes seguiram: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917. Vindo da astronomia e com um significado oposto ao que hoje se lhe atribui, passa, justamente no século XVIII, de um conceito fisiopolítico (o estudo das formas de governo dos homens que se sucediam com uma regularidade semelhante às próprias leis da natureza), a um outro meta-histórico, um princípio regulador do conhecimento e da *praxis* humana. Liberta da sua origem natural, a revolução altera a perceção do tempo, que pode agora ser acelerado e precipitar novas formas de organização política e social.

Toda a revolução pulveriza pois as categorias de uma temporalidade histórica rígida e instaura uma temporalidade mítica e simbólica, reversível e transtemporal, ou seja de um presente como momento ideal de sobreposição de um passado distante com um futuro próximo concebido como uma *Idade de Ouro*. Uma dinâmica que está longe de ser linear ou previsível, pois que, se por um lado «produz em poucos dias sucessos mais importantes que toda a história anterior da humanidade» (Robespierre) e cuja heroicidade e grandeza só pode ser comparável ao «assalto dos céus» (Marx), por outro faz surgir no seu interior ondas de refluxo que nenhum dos atores pode controlar e que os afasta dos seus propósitos iniciais.

As comprovadas máximas de que a revolução devora sempre os seus filhos e de que é sempre um processo inacabado são, afinal, a dolorosa proclamação do desajustamento entre o sonho e o peso da realidade. Contudo, nos intensos períodos que designamos como revolucionários, algo de radicalmente novo aconteceu, cuja natureza não pode ser avaliada apenas pelo resultado final. A revolução, mesmo derrotada ou desvirtuada, conserva uma misteriosa invencibilidade, porque permanece na memória dos povos

como narrativa exaltante e inspiradora, fonte regeneradora das mais fundas expectativas de felicidade coletiva num mundo hostil e sem esperança.

*Manuela Cruzeiro*

## **Risco**

A noção de risco está diretamente associada ao desenvolvimento do capitalismo, estando relacionada, numa primeira fase, com o cálculo dos possíveis prejuízos decorrentes da navegação de longo curso e, a partir do século XIX, com a avaliação dos custos dos acidentes de trabalho e a contabilização dos seguros de trabalho. Com o desenvolvimento da estatística e da sua utilização como instrumento de governação e de controlo das populações, a noção de risco alargou-se, com a generalização dos seguros, do risco profissional ao risco social. Assim, a noção de risco passa a incorporar o cálculo da probabilidade de ocorrência de um acontecimento que ponha em causa algo que o ser humano valoriza. Esse cálculo é feito a partir da acumulação de conhecimento de factos e acontecimentos passados e assenta no papel dos grandes sistemas de cálculo e no trabalho de peritos.

O conceito de risco incorpora um cálculo de previsibilidade e uma tentativa de controlo, a partir do conhecimento, do futuro e de domesticação do aleatório. Paradoxalmente, perspectivas neoliberais como as de Ulrich Beck e Anthony Giddens sobre a sociedade do risco e a democratização do risco acentuam o papel da incerteza na definição de futuros possíveis, criticando o conceito de risco e libertando os indivíduos da tecnocracia e dos especialistas. A celebração pelos autores neoliberais da incerteza, contra os direitos adquiridos pela generalização dos seguros e dos apoios sociais, potencia a consagração do discurso da construção pelos indivíduos de subjetividades proactivas, flexíveis, adequadas às exigências de sociedades em constante mudança tecnológica (sociedades em rede, por exemplo).

Integrando os riscos a narrativa da modernidade e constituindo dispositivos de governação das populações, os mesmos serão associados, sobretudo em períodos de crise e de contestação social, a processos de desestabilização e de afetação de uma coesão social imaginada, permitindo identificar e cartografar os grupos vulneráveis e, por acréscimo, os grupos e as classes perigosos, ou, se desprovidos de recursos e de capacidade de mobilização, os grupos e classes descartáveis porque não produtivos.

*José Manuel Mendes*